Custos, financiamento e realismo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A tutela cautelar em Singapura é cara. Um pedido plenamente contestado de tutela real e Mareva, com exibição de informações contra duas exchanges, custa, segundo minha experiência, entre S$ 80.000 e S$ 200.000 em honorários e despesas até a audiência de retorno (return date), sem contar o relatório de análise. O autor deve prestar um compromisso de indenizar eventuais danos (undertaking in damages) e pode ser obrigado a reforçá-lo. As custas são recuperáveis do réu na base padrão (standard basis), o que em Singapura significa um reembolso parcial, mas na prática apenas se o réu tiver bens além dos furtados. O financiamento de tais ações por terceiros (third-party funding) é permitido em Singapura para a arbitragem internacional e para processos na Singapore International Commercial Court (SICC), desde que a proibição geral da champerty foi flexibilizada em 2021. Os financiadores continuam, no entanto, seletivos em relação à recuperação de ativos em casos de fraude.[1]

A avaliação realista para um cliente é a seguinte. Se os ativos chegaram a uma exchange regulada em poucos saltos e o autor age em poucos dias, as taxas de recuperação em Singapura são altas. Se os ativos passaram por um mixer, por uma exchange não cooperativa em uma jurisdição não cooperativa ou por um protocolo descentralizado sem operador identificável, o tribunal de Singapura ainda pode

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

proferir suas ordens, mas elas resultarão em uma sentença sem nada contra o que executá-la. A decisão de litigar deve ser tomada com base no relatório de análise, já na primeira semana.

A perspectiva de Zug

Um fundador em Zug que vê a tesouraria de seu protocolo ser esvaziada instintivamente chama a polícia de Zug. Se as análises mostrarem depósitos em uma exchange com presença em Singapura, ele deve, no mesmo dia, contatar também um advogado em Singapura. O promotor de Zug abrirá um caso e poderá emitir uma ordem de apreensão, mas essa ordem só tem efeito na Suíça e só alcança a exchange por meio de cooperação jurídica internacional, o que leva meses. Uma proprietary injunction de Singapura pode ser comunicada à exchange no dia seguinte. As duas vias se reforçam mutuamente. A ordem de exibição de Singapura identificará o titular da conta, e o promotor de Zug poderá usar essa informação para pedir cooperação contra ele. O processo penal suíço, por sua vez, fornece as provas da fraude de que o tribunal de Singapura precisa para o julgamento sumário.

Notas

1. Civil Law Act 1909, ss 5A–5B e Civil Law (Third-Party Funding) Regulations 2017, conforme alteradas em 2021, Singapore Statutes Online. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.